



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0004054-38.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **NIVEA MARIA NORIEGA LOPES**
 Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter celebrado com a ré contrato de prestação de serviços de telefonia e acesso à internet em 27/1/2014.

Alegou também que tais serviços nunca foram prestados de forma regular, sem embargo das várias tentativas para normalizar a situação.

Almeja à rescisão do contrato, à declaração de inexigibilidade dos débitos dele oriundos e ao ressarcimento pelos danos materiais e morais que experimentou.

Já a ré em contestação salientou que em curtíssimo espaço de tempo promoveu os reparos necessários para que a autora pudesse usufruir dos serviços ajustados, não se cogitando que a hipótese envolvesse danos morais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Assim posta a divergência entre as partes, e como forma de dirimi-la, foi determinada a expedição de mandado de constatação, tendo o Oficial de Justiça encarregado da diligência respaldado as palavras da autora, além de acrescentar que os aludidos serviços passaram diante da desídia da ré a ser prestados por outra operadora (fl. 53).

As dúvidas suscitadas a fls. 61/62 não assumem maior relevância porque como desde o início ficou claro que o contrato em apreço abarcava dois tipos de serviços, vale dizer, os de telefonia e os de acesso à internet, patenteando-se os problemas no funcionamento daqueles, ao passo que estes não chegaram a ser instalados.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros consistentes que apontassem para direção contrária (anoto que a ré não amealhou dados concretos de que tivesse no período impugnado efetivamente prestado os serviços contratados pela autora, nada havendo inclusive sobre a sua indispensável – e incorrente – especificação), conduz à convicção de que a falha por parte da ré restou satisfatoriamente comprovada.

Bem por isso, acolhe-se a pretensão deduzida para que se declare a rescisão do instrumento e a inexigibilidade de débitos por parte da autora, o que é necessário mesmo diante da manifestação de fls. 87 para que nenhuma dúvida pairasse sobre essas questões.

Quanto às indenizações pleiteadas pela autora, assinalo que a ré não se pronunciou específica e concretamente sobre o pedido relativo aos danos materiais, bem como não impugnou os documentos de fls. 20/27.

Eles dão conta de que ao menos três contratos (fls. 20/21, 23/24 e 27) de prestação de serviços da autora foram cancelados diante da falta do sinal de internet que deveria partir da ré (fls. 22, 25 e 26), o que lhe redundou em prejuízo patrimonial correspondente aos seus valores (R\$ 5.400,00).

Já os danos morais estão configurados.

As regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) deixam clara a importância que os serviços de telefonia e de acesso à internet assumiram nos dias de hoje, o que ficou potencializado pela atividade profissional da autora.

Ao ficar privada dos mesmos, ela por certo sofreu abalo de vulto que foi muito além dos meros dissabores inerentes à vida cotidiana ou de simples descumprimento contratual, o que afetaria qualquer pessoa mediana que estivesse em sua posição.

É o que basta para a caracterização dos danos morais, mas o valor da indenização não poderá ser o proclamado pela autora por transparecer excessivo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para (1) declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes e a inexigibilidade de eventuais débitos a cargo da autora dele oriundos, bem como (2) condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 8.400,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Torno definitiva a decisão de fls. 30/31, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 17 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**